

**Declaração dos Riscos Orçamentais
Orçamento Geral do Estado para 2025**

Setembro de 2024

A Comissão de Coordenação em matéria de Gestão de Riscos Orçamentais (CCGRO) tem por missão apoiar as autoridades governamentais e nacionais a definir, identificar, avaliar, acompanhar a coordenação em matéria de gestão dos riscos orçamentais, e assegurar que os riscos que podem afetar os resultados orçamentais, programados e projetados, incluindo as responsabilidades contingentes, sejam bem identificados, avaliados, monitorizados, geridos e comunicados (Resolução n.º 75/2022, de 30 de junho).

Edição/Redação – Secretariado da Comissão de Coordenação em matéria de Gestão de Riscos Orçamentais

MFFE – CCGRO – setembro 2024

Índice

Índice de Tabelas e Figuras	4
Siglas e acrónimos	5
Enquadramento	6
A. Introdução	7
B. Principais Riscos Orçamentais	8
B1. Riscos Macroeconómicos	8
B2. Riscos associados à Dívida	11
B3. Riscos associados a Empresas Públicas e Participadas do Estado	13
B4. Riscos decorrentes das Mudanças Climáticas e Catástrofes Naturais	15
B5. Outros Riscos	18
C. Quantificação dos riscos	20
D. Conclusão e Recomendações	20
Anexos	25

Índice de Tabelas e Figuras

<i>Tabela 1 - Análise de sensibilidade para a variação do PIB</i>	9
<i>Tabela 2 - Composição e Indicadores da Dívida Pública</i>	12
<i>Tabela 3 - Stock Passivos Contingente Explícito (em milhões de ECV)</i>	13
<i>Tabela 4 - Indicadores de endividamento/solvabilidade</i>	14
<i>Tabela 5 - Nível de risco prospetivo das 6 maiores SEE para 2024</i>	14
<i>Tabela 6 - Análise de Risco para Inundações com tempo de retorno de 10 anos</i>	17
<i>Tabela 7 - Análise de Risco para Secas com tempo de retorno de 10 anos</i>	17
<i>Tabela 8 - Principais Riscos relacionados com Contratos PPP</i>	19
<i>Tabela 9 - Quantificação de Riscos Orçamentais</i>	20
<i>Figura 1 - Top 5 Risks Cabo Verde 2023</i>	6
<i>Figura 2 - Revisão do Fitch para Cabo Verde 2024</i>	10
<i>Figura 3 - Stock de Aavales</i>	12

Siglas e acrónimos

CCGRO Comissão de Coordenação em matéria de Gestão de Riscos Orçamentais

CVE Escudo Cabo-verdiano

DRO Declaração de Riscos Orçamentais

FMI Fundo Monetário Internacional

IDSR Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva

INE Instituto Nacional de Estatística

MFFE Ministério de Finanças e Fomento Empresarial

NEET *Not in Education, Employment, or Training*

PIB Produto Interno Bruto

PPP Parcerias Público Privadas

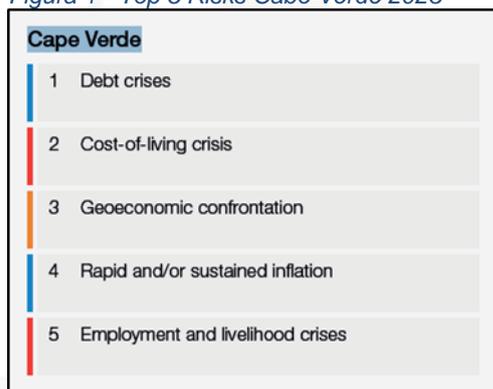
SEE Setor Empresarial do Estado

Enquadramento

A sustentabilidade das finanças públicas revela-se pertinente para o Estado de Cabo Verde, suscitando a realização de reformas e práticas consideradas fundamentais para a consolidação orçamental e estímulo do crescimento económico. Neste contexto, a gestão eficaz dos riscos orçamentais desempenha um papel essencial. Conter os riscos orçamentais é crucial na perspetiva de consolidação orçamental. Uma expectativa de redução de riscos que poderão comprometer os resultados do orçamento requer a identificação dos potenciais riscos, a análise dos mesmos e a definição de estratégias de mitigação.

O Relatório de Risco Mundial 2023, do Fórum Económico Mundial, destaca para Cabo Verde, os 5 principais riscos para os próximos 2 anos (2024 e 2025).

Figura 1 - Top 5 Risks Cabo Verde 2023



Fonte: Global Risk Report 2023

Em resposta, o presente documento apresenta uma diversidade de fontes de riscos macroeconómicos associados às projeções do PIB, inflação, oscilações da taxa de câmbio, receitas do Estado, despesa e dívida pública. Apresenta, ainda, como fonte de risco orçamental operações das empresas públicas, detidas ou participadas pelo Estado, que requeiram subsídios ou garantias do Estado e outras formas de passivos contingentes, riscos institucionais, entre outros.

A revista *The Economist Intelligence Unit*, prevê uma ampla estabilidade política que prevalecerá em Cabo Verde no período de 2024-25, sustentada por instituições democráticas fortes. O crescimento do PIB continuará apoiado pela recuperação do turismo, enquanto setor chave da economia de Cabo Verde, que impactará no desenvolvimento económico em geral, bem como nas receitas fiscais entre 2024-2027 (fonte: <https://country.eiu.com/cabo-verde>).

De acordo com a *S&P Global Ratings*, embora a dívida bruta do Governo Central em relação ao PIB permaneça maior do que a dos seus pares, a maior parte da dívida é altamente concessional. No entanto, as empresas estatais (SEE's) continuam a representar uma ameaça às Finanças Públicas.

A. Introdução

A Declaração de Riscos Orçamentais (DRO), é um documento que pretende identificar e avaliar o nível de exposição de Cabo Verde a diversas fontes de riscos orçamentais, bem como as medidas a serem tomadas para garantir a sustentabilidade e resiliência das finanças públicas a estes fenómenos (Resolução nº 75/2022, de 30 de junho).

A presente Declaração se focará na análise detalhada dos seguintes riscos orçamentais:

- Riscos Macroeconómicos - Impactos das condições económicas globais e regionais sobre a estabilidade financeira do país.
- Riscos associados à Dívida Pública - Desafios associados à gestão e ao nível do endividamento público.
- Riscos associados a Empresas Pública e Participadas do Estado - Desafios relacionados com a gestão e os passivos contingentes das Empresas Públicas (SEE's).
- Riscos associados às Mudanças Climáticas e Catástrofes Naturais: Impactos ambientais e a necessidade de resiliência frente a eventos climáticos extremos.
- Outros riscos - associados às despesas públicas, nomeadamente, das alterações demográficas, despesas com pensões, parcerias público privadas, decisões judiciais que venham a imputar ao Estado pagamento de indemnizações compensatórias ou outros encargos pecuniários.

Nos dois últimos capítulos do presente documento são apresentadas estimativas de quantificação dos riscos orçamentais supramencionados, bem como recomendações para mitigar os referidos riscos e garantir a sustentabilidade das finanças públicas.

B. Principais Riscos Orçamentais

Nos pontos seguintes são abordadas as principais vulnerabilidades do país relativamente aos riscos orçamentais.

B1. Riscos Macroeconómicos

Atualmente o mundo é assolado por uma dupla de crises com forte potencial de impacto na economia cabo-verdiana: a crise climática e a crise geopolítica, combinadas com a eclosão de hostilidades ativas em várias regiões, contribuindo para uma ordem mundial instável, caracterizada por narrativas polarizadoras, erosão da confiança e insegurança. Os riscos associados a estes eventos a nível global, têm, portanto, alimentado a incerteza económica, afetando os níveis de investimentos, emprego e produtividade nos diversos países, particularmente nas economias insulares e em desenvolvimento, apesar da aceleração da mudança tecnológica.

Ademais, estes riscos estão sendo amplificados por desenvolvimentos relativamente preocupantes, incluindo níveis elevados de endividamento, em uma nova era de acomodação no crescimento, provocando pressões sobre o custo de vida, num contexto de inflação e taxas de juros persistentemente elevados, aliado a esforços na obtenção de recursos para investimentos de adaptação, na luta contra os impactos de fenómenos extremos que já estão a ocorrer.

O Relatório de Risco Mundial 2024, do Fórum Económico Mundial, traz um conjunto de riscos de longo prazo, classificados por gravidade, particularmente para a África Subsaariana, região na qual Cabo Verde está inserido. Dentre esses eventos extremos, destaca-se os relacionados com o clima e, as consequentes perdas de biodiversidade e colapso do ecossistema, derivados do aquecimento global, da alteração dos níveis da água do mar e da acidez aquática, constituindo um risco também para a segurança alimentar.

O *World Economic Outlook* do FMI, de julho de 2024, projeta uma moderação do crescimento do PIB global de 3,3% em 2023, para 3,2% em 2024 e 3,3% em 2025. Contudo, o dinamismo variado da atividade na viragem do ano reduziu um pouco a divergência do produto entre as economias, à medida que os fatores cíclicos diminuem e a atividade se torna mais alinhada com o seu potencial.

A inflação de serviços está a impactar a dinâmica da desinflação, o que poderá dificultar a normalização da política monetária. Neste sentido, os riscos de alta

para a inflação aumentaram influenciando a perspectiva de taxas de juros ainda mais altas por mais tempo, no contexto de tensões comerciais crescentes e maior incerteza política a nível internacional. No entanto, prevê-se que a inflação global caia de 6,7% em 2023 para 5,9% em 2024 e 4,4% em 2025. A combinação de políticas deve, portanto, ser sequenciada cuidadosamente para atingir a estabilidade de preços e repor os buffers diminuídos, a nível mundial.

Historicamente em Cabo Verde, os riscos macroeconómicos estão ligados, internamente, às projeções do crescimento da produtividade e dos preços, em face ao potencial de crescimento da economia, assim como do contexto externo adverso, dada a vulnerabilidade do país, e os respetivos impactos ao nível: (i) do comportamento da receita fiscal (via consumo privado, inflação, emprego e remunerações); (ii) na materialização das receitas não fiscais (relacionados com os rendimentos de propriedades) e (iii) dos principais rácios e indicadores por via do efeito do crescimento projetado para o PIB nominal, com destaque para os rácios do défice público, saldo corrente primário e dívida pública em % do PIB (ver quadro detalhado abaixo).

Tabela 1 - Análise de sensibilidade para a variação do PIB

Indicadores	Unidade	2025		Diferença
		Cenário Base	Cenário Risco	
PIB	Var. em %	5,3	3,1	-2,2 p.p.
Inflação	Var. em %	2,1	2,6	0,5 p.p.
Impostos	Milhões CVE	58 799	53191	-5607,6
Outras Receitas	Milhões CVE	22 564	15953	-6610,5
Financiamento Interno	Milhões CVE	3 854	8139	4285,5
Dívida Pública	% do PIB	104,6%	108,3%	3,6 p.p.
Dívida Externa	% do PIB	69,7%	71,1%	1,5 p.p.
Dívida Interna	% do PIB	34,9%	37,1%	2,2 p.p.

Fonte: DNP/MFFE

Estes riscos macroeconómicos são ainda agravados com os riscos associados com o não aproveitamento da janela do dividendo demográfico, no caso do aumento dos jovens NEETs, e não dinamização do mercado de trabalho, para o aproveitamento da força de trabalho jovem para o aumento da produtividade nacional.

A Fitch revê a perspectiva de Cabo Verde de positiva “B-“ para positiva 'B', com perspectiva estável (www.fitchratings.com). A melhoria reflete as perspectivas de crescimento económico e o desempenho fiscal de Cabo Verde, visando apoiar a

consolidação orçamental e uma trajetória de declínio da dívida pública no médio prazo.

Figura 2 - Revisão do Fitch para Cabo Verde 2024

	2020	2021	2022	2023	2024F	2025F
Macroeconomic indicators and policy						
Real GDP growth (%)	-20.8	5.6	17.1	5.1	4.6	4.8
Unemployment (%)	14.5	14.5	12.1	12.0	11.5	11.0
Consumer price inflation (annual average % change)	0.6	1.9	7.9	3.7	2.0	2.0
Policy interest rate (annual average, %)	0.5	0.5	0.5	1.0	1.5	1.5
General government balance (% GDP)	-8.2	-7.4	-3.7	0.1	-1.6	-1.1
Gross general government debt (% GDP)	145.6	150.8	126.2	115.2	110.1	104.4
CVE per USD (annual average)	96.8	93.2	104.9	102.0	100.8	102.3
Real private credit growth (%)	4.7	4.4	-2.9	2.3	2.0	2.9
External finance						
Merchandise trade balance (USDm)	-660.4	-710.8	-779.1	-891.8	-933.1	-961.7
Current account balance (% GDP)	-15.7	-12.5	-3.1	-3.3	-2.7	-2.1
Gross external debt (% GDP)	144.6	130.5	113.8	105.7	96.6	92.9
Net external debt (% GDP)	75.9	69.2	61.2	53.3	45.1	42.3
External debt service (principal + interest, USDm)	175.4	152.7	197.8	239.2	236.6	231.5
Official international reserves including gold (USDm)	735.1	769.7	704.6	816.6	842.1	888.4
Gross external financing requirement (% int. reserves)	60.0	53.5	32.2	42.1	34.8	31.6
Real GDP growth (%)						
US	-2.2	5.8	1.9	2.5	2.1	1.5
China	2.2	8.4	3.0	5.2	4.5	4.5
Eurozone	-6.4	5.4	3.5	0.4	0.6	1.6
World	-2.8	6.3	2.7	2.9	2.4	2.5
Oil (USD/barrel)	43.3	70.6	98.6	82.1	80.0	70.0

Fonte: FitchRatings – 2024

A continuação do crescimento do setor do turismo em 2023, que ultrapassou os níveis anteriores à pandemia, apoiará tanto a atividade económica como a melhoria das finanças externas, em termos de défices da balança corrente mais reduzidos e de níveis adequados de reservas internacionais.

Ainda a S&P Global Ratings, em agosto do corrente ano, elevou suas classificações de moeda local e estrangeira de longo e curto prazo para Cabo Verde (Cabo Verde) de 'B-/B' para 'B/B'. A perspetiva é estável. Também elevou a avaliação de transferência e conversibilidade de 'B+' para 'BB-'. A perspetiva estável equilibra expectativa de dinâmica fiscal e externa de suporte auxiliada por forte crescimento económico, contra o estoque muito alto de dívida do Governo geral e passivos contingentes consideráveis de Cabo Verde. Assume-se que o histórico de Cabo Verde de fortes relacionamentos bilaterais e multilaterais com doadores permanecerá inalterado.

A atualização reflete a visão da consolidação fiscal e externa de Cabo Verde apoiada por um crescimento económico robusto após a pandemia. Espera-se

que o deficit fiscal diminua e atinja uma média de 2,3% ao longo de 2024-2027, com a dívida líquida do Governo geral caindo para 78% em 2027, de 88% do PIB em 2024. A dívida externa líquida estreita (medida da S&P para dívida externa) também deve cair, para 93% das receitas da conta corrente em 2027, de 105% em 2024. Apresenta-se no anexo (1) o resumo da pontuação das classificações.

B2. Riscos associados à Dívida

A dívida de Cabo Verde caiu para 113,0% do PIB em 2023, uma queda significativa, quando comparado com o rácio de 146,8% atingido em 2021. Esta redução é impulsionada pelo crescimento do PIB, bem como pela implementação de políticas fiscais de controlo de despesas e de melhorias na arrecadação de receitas do Estado. Prevê-se que este rácio mantenha a trajetória descendente e que no horizonte de 2026/27 poderá atingir valores inferiores a 100% do PIB.

A média de taxa de juro da dívida de Cabo Verde é baixa e na sua maioria é fixa. A dívida externa que, em 2023, representava 68,7% do total da dívida, tem uma taxa média em torno de 1% e cerca de 90% desta taxa é fixa. Na dívida interna, a taxa de juros média de emissões das Obrigações de Tesouro (dívida de médio-longo prazo) é de 2,8% e é 100% fixa, o que mitiga os riscos de aumento do volume de juros a pagar por ano. No que tange à maturidade da dívida de Cabo Verde, no final do ano 2023, a dívida externa tem uma maturidade remanescente em torno de 17 anos e a dívida doméstica em torno de 6 anos. Relativamente ao risco cambial, é de referir a dívida externa que é contratada na sua totalidade em divisas, todavia, 53,6% do stock desta dívida é denominada em Euro que tem paridade cambial fixa com o CVE, o que mitiga, em parte, o risco cambial do portfólio da dívida de Cabo Verde. A dívida interna é emitida, na sua totalidade, em CVE.

Os passivos contingentes totais do Estado diminuíram de 2022 para 2023, mas permaneceram significativos e representam um risco importante. O passivo contingente explícito relacionado com as entidades estatais (SEE) ascendia a 8,9% do PIB no final de 2023, registando-se um aumento de 7,9% face ao valor nominal do stock das garantias ao SEE em 2022. Este total representava 7,9% da dívida pública total no final de 2023.

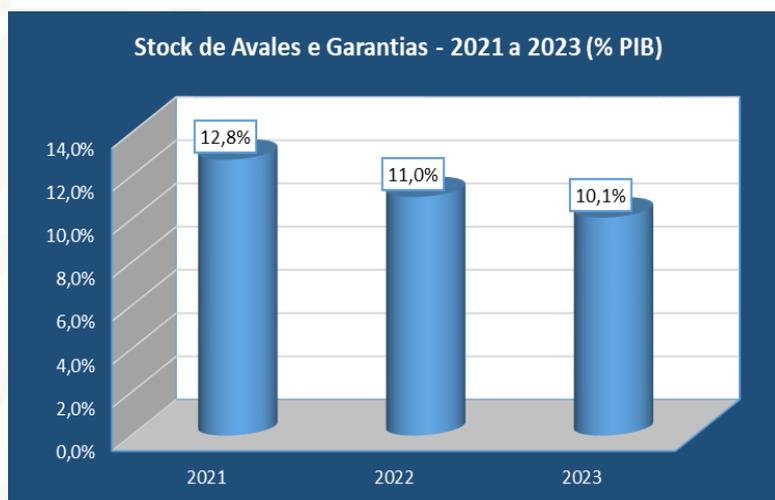
Nas tabelas abaixo apresentam-se indicadores da Dívida Pública e dos passivos contingentes explícitos da dívida.

Tabela 2 - Composição e Indicadores da Dívida Pública

	2021	2022	2023
Saldo da Dívida Pública	280 850,6	296 616,8	298 084,7
% do PIB	146,8%	122,8%	113,0%
Dívida Externa	199 309,6	204 786,2	204 656,4
Dívida Interna	81 541,0	91 830,6	93 428,3
Total Desembolsos	38 192,8	36 165,0	26 286,8
% do PIB	20,0%	15,0%	10,0%
Dívida Externa	14 130,4	12 501,5	10 417,1
Dívida Interna (incl. outros créditos)	24 062,4	23 663,5	15 869,8
Total Serviço da Dívida	22 178,0	26 460,9	29 820,9
% das Exportações (Serviço Dív. Ext.)	11,0%	10,5%	12,7%
% das Receitas do Estado	49,7%	48,7%	46,4%
% das Reservas Internacionais	7,3%	13,7%	16,3%
Dívida Externa	4 778,9	9 485,2	12 289,0
Dívida Interna (incl. Dív. Flutuante)	17 399,1	16 975,7	17 531,9
Memória: PIB do ano	191 268,9	241 577,0	263 814,3
Exportações	43 606,3	90 410,5	97 058,4
Receitas do Estado	44 596,6	54 330,5	64 238,4
Reservas Internacionais	65 630,0	68 993,1	75 509,1

Fonte: DGT/MFFE

Figura 3 - Stock de Avals e Garantias



Fonte: DGT/MFFE

B3. Riscos associados a Empresas Públicas e Participadas do Estado

Em 2023, os riscos fiscais no SEE continuaram elevados e suscitando acompanhamento contínuo. O stock do passivo contingente das empresas pertencentes ao SEE alcançou 23.478 milhões de escudos, representando 8,9% do PIB calculado para o mesmo período.

Este indicador, quer pelo seu peso face ao PIB, como pela sua dinâmica, constitui uma preocupação no quadro da gestão do risco macro fiscal, na sua relação com a materialização dos pressupostos da atividade económica, bem como pela probabilidade de incumprimento dos compromissos contratualizados por parte de algumas das empresas públicas.

O stock de passivos contingentes explica-se conforme detalhe no quadro abaixo:

Tabela 3 - Stock Passivos Contingente Explícito (em milhões de ECV)

Beneficiário	Sector	2021	2022	2023	% do Total
ENAPOR	SEE	58,0	34,8	10,5	0,0%
ELECTRA	SEE	4 765,2	5 734,7	5 904,0	25,1%
TACV	SEE	5 826,2	6 116,7	6 352,8	27,1%
NEWCO	SEE	3 721,7	3 465,7	3 408,0	14,5%
ICV	SEE	202,3	842,2	690,1	2,9%
ADS	SEE	774,4	972,6	1 085,8	4,6%
IFH	SEE	1 248,4	664,6	350,0	1,5%
SDTIBM	SEE	582,1	746,9	1 178,9	5,0%
AEB	SEE	247,0	742,6	787,8	3,4%
SCS	SEE	0,0	19,1	18,6	0,1%
RTC	SEE	110,0	110,0	110,0	0,5%
CERMI	SEE	16,3	14,0	12,4	0,1%
NOSI	SEE	51,0	40,5	129,5	0,6%
INCV	SEE	54,7	142,2	253,0	1,1%
ASA	SEE	0,0	0,0	1 270,6	5,4%
CV Telecom	SEE	2 243,4	2 120,8	1 916,1	8,2%
Total Stock Aval Setor Público		19 900,7	21 767,4	23 478,0	100,0%

Fonte: DGT/MFFE

A evolução do passivo contingente das empresas pertencentes ao SEE, conjugada com a dinâmica dos indicadores da estrutura do capital (rentabilidade, liquidez, endividamento e solvabilidade), poderá representar riscos tanto para as empresas, como para o Estado, continuando a merecer especial atenção.

No que se refere ao nível de endividamento e solvabilidade das empresas do SEE em 2023, dados recentemente publicados evidenciam que, não obstante a

ligeira melhoria, os principais indicadores continuam em níveis elevados, conforme demonstrado no quadro que se segue:

Tabela 4 - Indicadores de endividamento/solvabilidade

Indicadores de Endividamento/Solvabilidade(%)	2021	2022	2023
Endividamento geral	88,9	91,0	90,7
Endividamento corrente	104,2	107,0	91,5
Passivo/Capital próprio	801,6	1066,0	977,8
Passivo/EBITDA	2703,3	1629,0	9154,7

Fonte: UASE/MFFE

Do ponto de vista de risco prospetivo para 2024, calculado com base no SOE Health Check Tool do Fundo Monetário Internacional (FMI), espera-se uma performance global favorável, com o nível de risco das 6 maiores empresas do SEE a evoluírem conforme tabela abaixo:

Tabela 5 - Nível de risco prospetivo das 6 maiores SEE para 2024

Empresas	2024						Risco Global			
	Rentabilidade		Liquidez		Solvabilidade		2021	2022	2023	2024
	ROA	ROE	Geral	Reduzida	Pas./At.	Pas./C.P.				
ASA	Very Low Risk	Low Risk	Very Low Risk	Low Risk	Low Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	High Risk	Moderate Risk	Low Risk
ELECTRA	Moderate Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk
EMPROFAC	Moderate Risk	Low Risk	Very Low Risk	High Risk	Low Risk	High Risk	High Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	Moderate Risk
ENAPOR	Moderate Risk	Moderate Risk	High Risk	Low Risk	Moderate Risk	High Risk	High Risk	High Risk	High Risk	High Risk
IFH	Low Risk	Low Risk	Very Low Risk	Low Risk	High Risk	Very High Risk	High Risk	High Risk	High Risk	Moderate Risk
TACV	Very High Risk									

Fonte: UASE/MFFE

O risco por empresa, calculado com base no SOE Health Check Tool do Fundo Monetário Internacional (FMI), demonstra uma performance global favorável, com 39,4% das empresas do SEE com nível de risco máximo de moderate risk, face aos 37,5% no período homólogo.

Espera-se uma melhoria do nível do risco da ASA (de moderate risk para low risk) e da IFH (de high risk para moderate risk) e manutenção do nível de risco da EMPROFAC (moderate risk), ENAPOR (high risk), ELECTRA (very high risk) e TACV (very high risk).

O nível de risco das empresas constitui uma preocupação e em 2024 e 2025, mantém-se o desafio de redução do nível de risco com especial atenção à implementação das reformas das empresas públicas, incluindo a continuação da

melhoria do quadro de monitorização do desempenho financeiro das empresas públicas com vista à redução dos riscos orçamentais.

B4. Riscos decorrentes das Mudanças Climáticas e Catástrofes Naturais

Devido à sua localização e geografia, Cabo Verde está exposto a erupções vulcânicas, secas, furacões, tempestades tropicais, deslizamentos de terra e cheias repentinas. Além disso, a rápida migração rural-urbana, a contínua degradação da terra, o elevado endividamento e a pobreza persistente têm aumentado a vulnerabilidade de Cabo Verde aos riscos naturais. Prevê-se que as mudanças climáticas intensifiquem ainda mais as inundações e secas, assim como a subida do nível do mar, a erosão das praias arenosas e o branqueamento dos recifes de coral. Neste contexto, quantificar os impactos orçamentais decorrentes desses choques, aumentar a resiliência a estes choques, e promover ações proativas de adaptação climática estão a tornar-se prioridades urgentes.

Enquanto as chuvas intensas podem causar inundações repentinas que danificam a infraestrutura e afetam a população urbana e rural, as secas prolongadas afetam gravemente a disponibilidade de água e a atividade agropecuária. Os impactos orçamentais resultantes desses dois tipos de eventos climáticos se manifestam através de diferentes canais:

- Em primeiro lugar, pelo aumento da despesa por resposta direta de curto e médio prazo. As inundações e secas requerem uma resposta imediata do Governo para ajudar os afetados. Isso inclui o fornecimento de alimentos, água e serviços médicos, entre outros, e também pode exigir um investimento substancial para a reconstrução de infraestruturas, especialmente no caso das inundações.
- Em segundo lugar, estes tipos de catástrofes podem provocar uma queda na atividade económica que resultaria também em uma diminuição das receitas do Estado. A destruição de infraestruturas e a interrupção das atividades produtivas diminuem a base tributária e, conseqüentemente, as receitas fiscais. A intervenção do Governo para responder a catástrofes pode mitigar parcialmente esse risco por via do aumento das despesas e o conseqüente efeito na atividade económica.

- Também existem custos potenciais associados a passivos contingentes, que podem afetar as contas públicas. Isto deve ser contemplado em Cabo Verde, especialmente no caso das secas, dado que pode afetar a demanda por produção de água dessalinizada, o que é intensivo em energia eléctrica, no quadro de empresas públicas que normalmente requerem suporte por parte do Governo Central.

Cenário de Riscos Decorrentes de Catástrofes Naturais com Inundações e Secas

O impacto orçamental final de uma catástrofe natural está diretamente relacionado à intensidade do evento. A probabilidade de ocorrência de catástrofes de diferentes intensidades é geralmente estimada através de análises probabilísticas, as quais fornecem estimativas sobre a interrupção de atividades económicas, as perdas de ativos e a população afetada por catástrofes com diferentes tempos de retorno¹. Por exemplo, um evento com um tempo de retorno de 10 anos espera-se que ocorra uma vez a cada década, enquanto um evento com um tempo de retorno de 50 anos é menos frequente, mas com maior intensidade.

Com base num perfil de risco desenvolvido pelo Banco Mundial em 2019², e utilizando-se uma ferramenta desenvolvida com suporte técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2024³, estima-se que o impacto orçamental das inundações e secas com tempos de retorno de 10 anos seria significativo no país. As inundações e secas poderiam resultar numa redução do saldo operativo de 1,1 p.p. e 0,6 p.p. do PIB, respetivamente, e a dívida pública poderia aumentar em 1,8 p.p. e 0,3 p.p. do PIB para 2025 (Tabelas 6 e 7).

¹ O intervalo de tempo entre o evento natural até ele ser igualado ou superado é conhecido como tempo de retorno. A estimativa do tempo do retorno é de extrema importância na caracterização de chuvas intensas e secas. Ressalta-se que o tempo de retorno não tem carácter cíclico. Por exemplo, um evento com um tempo de retorno de 50 anos, ou seja, ocorre em média a cada 50 anos, pode acontecer daqui a cinco anos ou até mesmo ser superado várias vezes nos próximos 30 anos.

² Disaster Risk Profile 2019: <https://www.gfdr.org/en/publication/disaster-risk-profile-cabo-verde>

³ Assistência técnica do FMI em Julho de 2024 apoiou o Secretariado da Comissão de Gestão do Risco no desenvolvimento de ferramentas para análise quantitativa dos riscos orçamentais decorrentes de inundações e secas. Espera-se expandir gradualmente esse modelo de análise quantitativa para outros tipos de catástrofes naturais (por exemplo, erupções vulcânicas, terremotos, etc.).

Tabela 6 - Análise de Risco para Inundações com tempo de retorno de 10 anos

Indicadores	Unidade	2025		Diferença
		Cenário Base	Cenário de Risco	
Receitas	%PBI	29.1	29.1	0.0 p.p.
Despesas	%PBI	25.8	26.9	1.1 p.p.
Saldo Operativo	%PBI	3.3	2.2	-1.1 p.p.
Dívida	%PBI	105.6	107.4	1.8 p.p.

Fonte: Secretariado da CCGRO, MAA e MAI – SNPCB

Tabela 7 - Análise de Risco para Secas com tempo de retorno de 10 anos

Indicadores	Unidade	2025		Diferença
		Cenário Base	Cenário de Risco	
Receitas	%PBI	29.1	29.1	0.0 p.p.
Despesas	%PBI	25.8	26.4	0.6 p.p.
Saldo Operativo	%PBI	3.3	2.7	-0.6 p.p.
Dívida	%PBI	105.6	105.9	0.3 p.p.

Fonte: Secretariado da CCGRO, MAA e MAI - SNPCB.

Impactos Decorrentes das Mudanças Climáticas

As alterações climáticas tendem a reduzir o tempo de retorno das catástrofes naturais. Isso significa que eventos que atualmente são estimados com um tempo de retorno de 50 anos podem passar a ocorrer a cada 10 anos. Nesse caso, em termos de probabilidades, isso implicaria uma probabilidade de 10% de que uma catástrofe atualmente estimada com um tempo de retorno de 50 anos ocorresse em qualquer ano, quando antes essa probabilidade era de apenas 2%.

Este aumento na frequência e intensidade das catástrofes aumentaria substancialmente o impacto orçamental, tornando as medidas de adaptação ainda mais urgentes. A necessidade de financiamento devido a inundações e secas poderá aumentar para 2,1 p.p. e 1,8 p.p. do PIB, respetivamente, enquanto a dívida poderá aumentar 3,2 p.p. e 0,5 p.p. do PIB.

Cabo Verde enfrenta riscos orçamentais consideráveis devido à sua exposição a alterações climáticas e catástrofes naturais. A combinação de aumento na despesa pública para a resposta e recuperação, a diminuição das receitas do Estado pela interrupção das atividades económicas e os custos associados a passivos contingentes apresentam um panorama desafiador. A integração de alternativas de financiamento mais abrangentes, com mais e melhores ferramentas analíticas, com estratégias de adaptação às alterações climáticas e de melhoria da resiliência económica, são cruciais para lidar com esses riscos.

B5. Outros Riscos

Outros riscos assinaláveis, para Cabo Verde são os riscos associados às despesas públicas, às Parcerias Público Privadas, às decisões judiciais que venham a imputar ao Estado pagamento de indemnizações compensatórias ou outros encargos pecuniários. Constitui, ainda, uma fonte de risco potencial os passivos/perigos ambientais decorrentes de atividades hoteleiras e industriais.

Em relação aos riscos associados às despesas públicas, dá-se especial destaque para a saúde e pensões, que aliadas à problemática da rigidez da despesa versus redução do espaço das despesas de investimento, têm vindo a aumentar decorrente das alterações demográficas, com destaque ao aumento da esperança de vida e o surgimento contínuo de novos meios de diagnóstico e tratamentos.

Entretanto, vale ressaltar que Cabo Verde tem registado, ao longo da sua história, progressos assinaláveis no domínio da saúde. A melhoria das condições de vida e do acesso aos cuidados de saúde têm contribuído para mudanças no perfil epidemiológico do País, com redução da taxa de mortalidade, desaceleração do crescimento demográfico, aumento da esperança de vida, sendo a mais elevada no contexto da África-Subsariana (78,1 anos sendo 75,0 para os homens e 81,4 para as mulheres – ano 2023, INE). Consequentemente, tais resultados foram alcançados com a mudança do perfil demográfico e, ainda, a diminuição da carga de doenças transmissíveis decorrentes dos importantes investimentos no setor da água e do saneamento, na melhoria das condições de habitabilidade, na promoção da atividade física e na redução da pobreza absoluta. O País encontra-se numa fase de transição epidemiológica, com as doenças crónicas a constituírem as principais causas de mortalidade, sendo as de foro cérebro-cardiovascular e os tumores ou neoplasias, a primeira e a terceira causas, respetivamente, e as doenças respiratórias a segunda causa de morte.

Em Cabo Verde a esperança de vida à nascença atingiu 75,6 anos em 2016 e deverá ser de 78,4 anos em 2025, o equivalente a um crescimento médio anual absoluto de 0,27 anos e relativo de cerca de 0,36% ano. Na década de oitenta o Índice Sintético da Fecundidade era de cerca de 7 filhos por mulher sendo doravante cerca de 2,5 segundo o IDSR 2018. Com a queda da fecundidade total e o aumento da esperança de vida cresce a população idosa em cerca de 3,2% ano, sendo 2,7% entre 2012 e 2018 e 3,6% entre 2019 e 2024.

A população de pensionistas da administração pública cresce em média 8,7% ano. Por consequência, as despesas com as pensões dos funcionários públicos

crecem em média 7,8% ano e representam 3 vezes as contribuições que crescem cerca de 12,1% ano, ou seja, cobrem em média apenas 33,8% das despesas com pensões. As despesas com as pensões dos funcionários públicos crescem em média cerca de 478 milhões de CVE, enquanto as contribuições crescem apenas cerca de 171 milhões de CVE. As despesas com a saúde são de cerca de 9.840 milhões de CVE, dos quais cerca de 28,2% com as doenças não transmissíveis que crescem em média 383 mil contos, ou seja cerca de 2,8% ano.

Assim, prevê-se que os riscos demográficos sejam de cerca de 400 milhões de CVE, assumindo cerca de metade do crescimento das despesas com as doenças não transmissíveis e metade do crescimento das despesas com as pensões. Deverá em 2026, e nos anos seguintes, crescer, em média cerca de 5,8% ano, assumindo-se o crescimento médio ponderado das duas grandezas.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) representam uma importante alternativa para realização de projetos de infraestruturas e serviços públicos, mas acarretam certos riscos que podem afetar tanto o setor público como o parceiro privado (ver Tabela abaixo).

Tabela 8 - Principais Riscos relacionados com Contratos PPP

Tipo de risco	Descrição	Impacto orçamental
Riscos financeiros	Sobrecustos, financiamento, taxa de câmbio	Aumento de custos, necessidade de garantias, aumentos de dívida
Riscos operacionais	Construção, manutenção e operação	Penalidades, custos adicionais, intervenção do Governo
Riscos de demanda	Demanda insuficiente, variabilidade de receitas	Receitas insuficientes, necessidade de subsídios
Riscos políticos e regulatórios	Alterações de políticas, novas regulações	Incerteza, renegociações, custos para cumprimentos de novas políticas
Riscos ambientais e sociais	Impactos ambientais, conflitos sociais	Sansões, custos de mitigação, atrasos
Riscos de passivos contingentes	Garantias, avais, compensações	Desembolsos inesperados, litígios

Fonte: Assistência técnica do FMI.

A referência dos riscos das PPP's na presente Declaração indica o potencial risco orçamental que representam, mas ainda não estão reunidas as condições para a sua devida quantificação.

Os ataques cibernéticos constituem, ainda, uma fonte de risco potencial com o aumento do uso da internet e das tecnologias de informação, à medida que Cabo Verde avança na digitalização e modernização dos seus serviços públicos e privados.

C. Quantificação dos riscos

Do arrolamento dos riscos identificados, fez-se uma estimativa da quantificação global dos riscos que se apresenta em resumo no quadro, infra.

Tabela 9 - Quantificação de Riscos Orçamentais

Riscos Orçamentais	(milhões de CVE)
Cenário de risco, (crescimento do PIB em 3,1% - impacto nas receitas fiscais)	5 608
Riscos relacionados a outras receitas	6 611
Riscos associados ao Setor Empresarial do Estado	5 500
Riscos associados às mudanças climáticas e catástrofes naturais	372
Avais e garantias	903
Risco associado ao serviço da dívida externa - Alteração do Câmbio	223
Riscos associados às decisões judiciais	550
Riscos associados às alterações demográficas	400
TOTAL	20 167

Fonte: Secretariado da CCGRO/MFFE

D. Conclusão e Recomendações

Face aos riscos orçamentais identificados no presente documento, apresenta-se as recomendações abaixo, a fim de mitigar os seus impactos e promover a resiliência financeira de Cabo Verde:

- ✓ Promover a consolidação orçamental, tendo em conta a imperatividade da contenção e a qualidade da despesa corrente, a mobilização de receitas endógenas, alargamento da base tributária, a redução da economia informal, diversificação das fontes de financiamento;



- ✓ Manter o planeamento e a gestão da carteira da Dívida Pública, através do acompanhamento contínuo das melhores práticas internacionais na matéria;
- ✓ Continuar com as reformas das empresas públicas, incluindo a melhoria do quadro de monitorização do desempenho financeiro das empresas públicas para reduzir os riscos orçamentais e, conseqüentemente, apoiar a sustentabilidade da dívida a médio prazo;
- ✓ Melhorar a qualidade da gestão dos investimentos públicos direcionado para as atividades produtivas com maior inclusão e melhor equidade, visando a dinamização do crescimento económico e atração do investimento privado interno e externo;
- ✓ Levar em conta os impactos das alterações demográficas nas políticas públicas, nomeadamente, fazer uma avaliação da adequação dos benefícios futuros atribuídos pelos regimes de pensões, de forma a assegurar uma adequada partilha de riscos e rendimentos intergeracionais;
- ✓ Operacionalizar a coleta de dados sobre riscos relacionados às ações judiciais contra o Estado para melhor avaliar a dimensão do risco potencial;
- ✓ Para reduzir os riscos associados a eventos climáticos extremos, Cabo Verde pode adotar uma série de estratégias e medidas, muitas das quais em fase de implementação e que se concentram na adaptação às mudanças climáticas e na resiliência:

1. Fortalecimento da Infraestrutura:

- Infraestrutura Resiliente: investir no planeamento e construção de infraestruturas resistentes a desastres, como sistemas de drenagem melhorados, proteção costeira contra tempestades e inundações, e construções que possam suportar ventos fortes. Desenvolver e implementar um plano nacional para a reabilitação e manutenção contínua dessas infraestruturas.
- Proteção de Recursos Hídricos: fortalecer e expandir os sistemas de armazenamento de água, priorizando a construção de cisternas e reservatórios subterrâneos e a manutenção de infraestruturas como barragens, para garantir a segurança hídrica durante períodos de seca. Diversificar as fontes de

mobilização de água, incluindo a dessalinização, captação de águas pluviais e a recuperação de aquíferos, para reduzir a dependência de fontes únicas e aumentar a resiliência frente às mudanças climáticas. Massificar a reutilização de águas residuais tratadas, especialmente para a agricultura e atividades industriais, promovendo práticas sustentáveis que aumentem a eficiência no uso da água. Complementar com a recuperação e revitalização de bacias hidrográficas e a monitorização contínua da qualidade da água para prevenir contaminações.

2. Planeamento Urbano e Uso do Solo:

- Zonamento Climático: desenvolver políticas de uso do solo baseadas em mapas de risco detalhados, que identifiquem áreas vulneráveis a inundações, deslizamentos e outros riscos climáticos, evitando construções em áreas de alto risco.
- Revitalização e Conservação: promover a conservação de áreas naturais, a restauração de ecossistemas degradados e o uso de soluções baseadas na natureza, que atuam como barreiras naturais contra desastres climáticos.

3. Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar:

- Culturas Resilientes: introduzir e promover o uso de variedades de culturas agrícolas resistentes à seca e a outras condições climáticas adversas. Estabelecer bancos de sementes locais e incentivar a pesquisa contínua para o desenvolvimento de novas variedades.
- Técnicas de Agricultura Sustentável: incentivar práticas agrícolas que conservem água, como a rega gota a gota, hidroponia, agrofloresta e que protejam o solo da erosão. Incluir a gestão integrada de recursos hídricos como parte das práticas agrícolas sustentáveis.

4. Educação e Sensibilização:

- Programas de Educação: integrar a educação climática nos currículos escolares em todos os níveis de ensino, de forma a promover uma cultura de resiliência. Implementar programas específicos sobre prevenção, resposta a desastres e práticas sustentáveis.
- Sensibilização Pública: realizar campanhas de consciencialização que promovam a compreensão dos riscos

climáticos e as melhores práticas para reduzir esses riscos, envolvendo todos os setores da sociedade.

5. Sistemas de Alerta Precoce e Resposta a Desastres:

- Alerta Precoce: estabelecer sistemas de alerta precoce para eventos climáticos extremos, que informem rapidamente as comunidades e permitam uma resposta ágil.
- Planos de Contingência: desenvolver e testar regularmente planos de resposta a emergências climáticas, incluindo evacuação e assistência em casos de desastres.

6. Políticas e Parcerias Internacionais:

- Acordos de Cooperação: fortalecer a colaboração com organizações internacionais e países parceiros, incluindo a diáspora cabo-verdiana, para compartilhar conhecimentos, recursos e tecnologia que ajudem na mitigação da emissão de gases de efeito estufa e na adaptação dos efeitos das mudanças climáticas.
- Acesso a Financiamento Climático: buscar financiamento de fundos internacionais, como o Fundo Verde para o Clima, para projetos que aumentem a resiliência climática e que promovam a energia renovável. Estabelecer mecanismos robustos de coordenação para mobilizar apoio climático internacional.

7. Energia Renovável e Sustentabilidade:

- Transição Energética: investir em fontes de energia renovável, como a energia solar e eólica, e criar incentivos fiscais para adoção de energias renováveis para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e diminuir a emissão de carbono do país.
- Eficiência Energética: promover a eficiência energética em todos os setores da economia, reduzindo o consumo de energia e as emissões associadas.

8. Monitorização e Pesquisa:

- Monitorização Climática: estabelecer sistemas de monitorização contínua das condições climáticas e dos impactos ambientais, integrando os dados climáticos em uma plataforma nacional de dados, permitindo a adaptação de políticas e práticas conforme necessário.
- Pesquisa e Inovação: investir em pesquisa científica e tecnológica, promovendo a colaboração entre instituições de pesquisa nacionais e internacionais para desenvolver

inovações que mitiguem os impactos das mudanças climáticas em Cabo Verde.

9. Fortalecimento da Governança Climática

- Capacitação Institucional: implementar programas de capacitação contínua para funcionários públicos e outros atores, focados em mudanças climáticas, técnicas de mitigação, adaptação e gestão de risco.

Anexos

Anexo I – Cabo Verde - Sinopse da pontuação de classificação

FATORES-CHAVE DE CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	EXPLICAÇÃO
Avaliação institucional	4	Cabo Verde é uma das democracias mais estáveis da África, com livre fluxo de informações e freios e contrapesos entre instituições. No entanto, escolhas políticas anteriores a 2016 resultaram em níveis muito altos de dívida pública.
Avaliação econômica	5	Com base no PIB per capita (US\$) e nas tendências de crescimento conforme Indicadores Seleccionados. O turismo registou uma forte recuperação em 2022, levando a uma taxa recorde de crescimento do PIB.
Avaliação externa	5	Com base na dívida externa líquida estreita e nas necessidades brutas de financiamento externo/receitas de conta corrente (CARs) + reservas utilizáveis, conforme os Indicadores Seleccionados. A posição do passivo externo líquido é pior do que a posição da dívida externa líquida estreita em mais de 100% dos CARs, conforme os Indicadores Seleccionados na Tabela 1. A economia depende, em grande medida, dos fluxos contínuos de investimento estrangeiro direto (IED) no setor de turismo, que está sujeito a riscos de queda.
Avaliação fiscal: flexibilidade e desempenho	4	Com base na mudança na dívida líquida do governo geral (% do PIB) conforme Indicadores Seleccionados. Há um déficit em serviços básicos e infraestrutura, conforme refletido na avaliação média do Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para Cabo Verde.
Avaliação fiscal: peso da dívida	6	Com base na dívida líquida do governo geral (% do PIB) e nas despesas com juros do governo geral (% da receita do governo geral) conforme Indicadores Seleccionados. Cerca de 75% da dívida bruta do governo é denominada em moeda estrangeira. Os passivos contingentes são "moderados" conforme nossos critérios, com ativos dos bancos em relação ao PIB acima de 100%.
Avaliação monetária	5	A independência operacional é limitada pela falta de um mecanismo de transmissão totalmente eficaz, e acreditamos que o banco central tem uma capacidade



		limitada de atuar como um credor de último recurso para o sistema financeiro doméstico. O regime de taxa de câmbio é uma paridade. A paridade é apoiada por reservas cambiais consideráveis e é apoiada por um acordo com o Banco Central Português.
Classificação indicativa	B	Conforme Tabela 1 da "Metodologia de Classificação Soberana".
Entalhes de ajustes suplementares e flexibilidade	0	
CLASSIFICAÇÃO FINAL		
Moeda estrangeira	B	
Entalhes de elevação	0	Devido à paridade, Cabo Verde não tem um regime monetário totalmente independente. Portanto, avaliamos que os riscos de inadimplência não se aplicam de forma diferente à dívida em moeda estrangeira e local.
Moeda local	B	

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, Fundo Monetário Internacional (indicadores económicos), Banco de Cabo Verde, FMI (indicadores monetários), Banco de Cabo Verde, FMI (indicadores fiscais), FMI (indicadores externos).